

Plano de Trabalho Anual 2018

Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas (RMPCV)



Índice

1. Contextualização e principais realizações de 2017	3
Área temática 1 - Participação das mulheres na política e tomada de decisão	3
Área temática 2 - Integração e fiscalização da igualdade de género no Orçamento de Estado	4
Área temática 3 - Quadro legal e regulamentar para a IG e sua implementação	5
2. Perspetivas para 2018	5
Área temática 1 - Participação das mulheres na política e tomada de decisão	5
Área temática 2 - Integração e fiscalização da IG no Orçamento de Estado	5
Área temática 3 - Quadro legal e regulamentar para a IG e sua implementação	6
Área 4 - Consolidação da RMPCV a nível nacional e internacional	6
3. Plano de Trabalho Anual 2018	8
Área temática 1 - Participação das mulheres na política e tomada de decisão	8
Área temática 2 - Integração da igualdade de género no Orçamento de Estado	10
Área temática 3 - Quadro legal e regulamentar para a igualdade de género e sua implementação.....	11
Área 4 - Consolidação da RMPCV a nível nacional e internacional	13

1. Contextualização e principais realizações de 2017

A **Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-Verdianas (RMPCV)** é uma estrutura parlamentar constituída por todas as mulheres deputadas eleitas, sendo por isso um mecanismo suprapartidário. Tem por objetivo amplificar a voz das mulheres cabo-verdianas aos mais altos níveis do poder público, de forma a assegurar a igualdade de acesso ao poder político, à tomada de decisão, e a integração da perspetiva de género na legislação, no planeamento e na implementação de políticas públicas, para além de promover e apoiar o Parlamento na sua função de fiscalização e divulgação, através de uma maior aproximação das pessoas, dos eleitores e da sociedade.

O primeiro ano de mandato da RMPCV – 2017, foi um ano marcado por iniciativas de reforço das capacidades da RMPCV, em particular no domínio da (1) participação política das mulheres e da (2) orçamentação sensível ao género. A implementação do Plano de Trabalho de 2017 permitiu orientar a ação nas 3 áreas temáticas definidas para o Plano Estratégico da RMPCV. Sem pretensão de fazer um balanço aprofundado, podemos destacar alguns momentos e resultados chave de 2017, para cada área temática:

Área temática 1 - Participação das mulheres na política e tomada de decisão

Reforço das capacidades:

Janeiro: em parceria com o ICIEG e com o apoio técnico e financeiro da ONU Mulheres, foi realizado o Atelier ***Mecanismos de Paridade para a Participação das Mulheres na Política***, que permitiu reforçar as capacidades das Deputadas e seus parceiros (ativistas da Coligação de Mulheres de Santiago, líderes das ONGs e Associações de Promoção de Igualdade de Género e Mulheres das Associações dos Partidos Políticos). Deste Atelier saiu a (i) ***Declaração de Rui Vaz***, afirmando o compromisso da RMPCV e seus parceiros com a formulação, adoção, implementação, monitoria e avaliação de uma Lei de Paridade; (ii) um ***Plano de Ação de Advocacia da Paridade de Género em Cabo Verde (2017-2019)***.

Julho: em parceria com o ICIEG, e o apoio da ONU Mulheres, Projeto Pro-PALOP, Embaixadas de Espanha, Portugal e Senegal, foi realizado um **workshop internacional** sobre paridade na representação política, para instituições, sociedade civil, partidos políticos, universidades. Foi organizado sob a forma de troca de experiências com países que têm processos bem-sucedidos nesta matéria, tais como Moçambique, Ruanda, Senegal, Espanha e Portugal. O workshop permitiu consolidar o consenso à volta da Lei de Paridade e colher subsídios quanto a modalidades eficazes.

Advocacia:

Fevereiro: a ***Declaração de Rui Vaz*** foi apresentada e discutida com os partidos políticos e dirigentes máximos do país, nomeadamente o Presidente da República, Presidente da Assembleia Nacional, Primeiro Ministro, Presidente dos Partidos políticos (MpD, PAICV, UCID), Líderes das bancadas Parlamentares (MpD, PAICV), Ministra da Família e Inclusão Social, Ministro das Finanças, Ministra da Justiça, PGR, Provedor da Justiça, CNE e também foi

socializada com todas as Embaixadas e Organismos internacionais sediadas no país que lidam com a questão de género.

Janeiro-Fevereiro e ao longo do ano: as organizações de mulheres partidárias realizaram atividades para a sensibilização das mulheres partidárias, no sentido de aprofundar a sua compreensão da importância da participação das mulheres na tomada de decisão, em particular na política, e dos mecanismos para a efetivar. De referir que a UCID constituiu durante o ano de 2017 a sua organização de mulheres partidárias. Os esforços de advocacia foram redobrados, junto das mulheres, homens e chefias partidárias, durante a Convenção do MpD (3 e 4 de fevereiro 2017) e Congresso do PAICV (18 e 19 de fevereiro 2017) tendo, em consequência, aumentado a representação das mulheres nas estruturas partidárias, e tendo sido aprovadas, nos dois casos, Moções pela Paridade.¹

Melhoria do quadro legal e regulamentar:

Abril: foi privilegiada a participação na revisão do **Código Eleitoral**, enquanto peça fundamental do quadro legal relevante para a participação política das mulheres. A RMPCV participou na conferência organizada pela DGAPE, para consensualizar e recolher subsídios sobre as necessidades de revisão do Código Eleitoral. O tema da Lei de Paridade e inclusão da paridade foi debatido e as conclusões da conferência recomendam que se avance com a Lei de Paridade de modo a corrigir a desigualdade da representação das mulheres e homens nos cargos eletivos; e que se preveja que o não respeito da paridade possa ser motivo para a não-aceitação das listas eleitorais nos tribunais. Em concertação com a RMPCV, o ICIEG já submeteu uma proposta de redação à DGAPE.

Área temática 2 - Integração e fiscalização da igualdade de género no Orçamento de Estado

Reforço das capacidades:

Março: foi realizada uma **Jornada de Formação em Fiscalização Orçamental com Enfoque no Género**, com o apoio do Projeto Pro PALOP-TL ISC, que contou com a participação de Deputadas, Deputados e do ICIEG. No final da Jornada foi firmada a **Carta de Mindelo**, que afirma o engajamento da RMPCV no acompanhamento e fiscalização da integração das prioridades de género no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) e no Orçamento de Estado. Durante a Jornada foi elaborada uma **Agenda para a Fiscalização Orçamental com Enfoque de Género**.

Advocacia:

Março-Abril: a **Carta de Mindelo** e as recomendações da Jornada foram entregues ao Ministro das Finanças e à Ministra da Família e Inclusão Social: nomeadamente a recomendação de incorporação e clara identificação das prioridades de género nos instrumentos de gestão financeira (quadros de despesas a médio prazo, mapas orçamentais – mapa X, mapa Xa e apensos, Mapa XVIII) e que os programas, projetos e atividades do PEDS integrem medidas de promoção da igualdade de género, a nível de cada ministério.

¹ MpD: proporção de mulheres na Mesa da Convenção Nacional: 60%; Conselho de Jurisdição: 43%; Direção Nacional: 42%; Comissão Política Nacional: 30%. PAICV: Conselho Nacional: 30%; Comissão Política Nacional: 30%; Secretariado Geral: 50%.

Fiscalização:

Durante as várias etapas do ciclo orçamental, foi acompanhada a inclusão da perspetiva de género. De referir que o OE de 2018 contém pela primeira vez uma seção sobre **Orçamento Sensível ao Género** e que pilotou o **Sistema de Marcadores de Género** (no SIGOF), resultados para os quais contribuíram as propostas concretas e advocacia da RMPCV da Legislatura anterior, à qual a atual equipa deu seguimento. De realçar que dos 947 projetos inscrito no Orçamento de Estado 2018, foram identificados 810 projetos (431 de Funcionamento e 379 de Investimento) marcados com diferenciados níveis de integração de género o que representam 85,5% dos projetos.

Área temática 3 - Quadro legal e regulamentar para a IG e sua implementação

Nesta área temática o enfoque em 2017 foi, como já referido, na (i) revisão do Código Eleitoral e (ii) acompanhamento da elaboração da Lei de Execução Orçamental (2018). No que tange à fiscalização da implementação da Lei VBG, a RMPCV tomou nota das conclusões e recomendações da **Avaliação do Estado de Implementação da Lei VBG**, preparada pelo ICIEG.

2. Perspetivas para 2018

Área temática 1 - Participação das mulheres na política e tomada de decisão

- ✓ Capitalizando nos consensos alcançados e parcerias estabelecidas, 2018 deve ser o ano de elaboração da **proposta de Lei de Paridade**. Para o efeito será contratada uma assessoria no 1º trimestre do ano, com o apoio da ONU Mulheres.
- ✓ Todo o processo deverá ser eminentemente **participativo**, ao mesmo tempo que se dá continuidade ao **reforço de capacidades e advocacia**.
- ✓ Será desenvolvido um amplo debate com a participação dos atores políticos, académicos, organizações da sociedade civil, entre outros, com vista a gerar consenso à volta da **Proposta de Lei de Paridade**
- ✓ Será desenvolvido um programa de deslocações a nível local, em ilhas e concelhos selecionados, mas também nalguns círculos da Diáspora.
- ✓ A metodologia de capacitação deverá ser harmonizada previamente, assente na partilha de experiência e num argumentário acordado.
- ✓ Visará em particular as mulheres candidatas às últimas eleições e lideranças comunitárias, numa lógica suprapartidária.
- ✓ Serão criadas equipas de Deputadas para o efeito, contando-se também com a colaboração das mulheres da Coligação de Mulheres de Santiago, em estreita sintonia com as organizações de mulheres partidárias, vereações da área de género a nível local, etc.

Área temática 2 - Integração e fiscalização da IG no Orçamento de Estado

- ✓ Para consolidar os ganhos alcançados na Orçamentação Sensível ao Género, será necessário estabelecer um **plano de capacitação das parlamentares em mecanismos de fiscalização e seguimento do OE numa perspetiva de género e elaborar a ferramenta a ser utilizada no referido processo**. Uma vez elaborada, a RMPCV irá socializar a

ferramenta, propondo que este passe a ser o único instrumento de fiscalização da orçamentação sensível ao género a ser utilizado para fiscalizar as diversas entidades (MF, DGPOG, etc.).

- ✓ A RMPCV vai procurar conhecer outras realidades trocando experiências com redes congéneres, nomeadamente a Rede de Mulheres Parlamentares de Marrocos, que detenham experiência consolidada na implementação do processo de fiscalização de orçamentos sensível ao género, com vista a reforçar as competências das Deputadas neste domínio.
- ✓ Ao mesmo tempo será dada continuidade à **fiscalização da execução do OE** de 2018 e, etapa a etapa do ciclo orçamental, à elaboração do **OE de 2019** e respetiva **Lei Orçamental**.

Área temática 3 - Quadro legal e regulamentar para a IG e sua implementação

- ✓ A RMPCV irá apoiar os trabalhos que a Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado tem em curso para o **reforço do quadro legal sobre abuso sexual de menores**.
- ✓ No que tange à fiscalização da implementação da Lei VBG, a RMPCV irá promover um **fórum parlamentar**, convidando o ICIEG a apresentar à RMPCV e 1ª comissão a forma como as recomendações da **Avaliação do Estado de Implementação da Lei VBG** vêm sendo implementadas.
- ✓ Será dada continuidade à parceria com o ICIEG e as organizações da sociedade civil para **campanhas de combate à VBG**, incluindo nos momentos de comemoração de datas específicas (março mês da mulher, 16 dias de ativismo, etc.).
- ✓ Adicionalmente a RMPCV propõem-se assinar um protocolo com a **Rede Laço Branco**, no sentido da implementação conjunta de atividades, incluindo ações de sensibilização dos Deputados.
- ✓ Relativamente a **convenções internacionais** a RMPCV advogará, juntamente com os seus parceiros, de acordo com uma agenda pré-definida, pela **ratificação das convenções da OIT e outras convenções e tratados** relevantes para os direitos laborais das mulheres.

Área 4 - Consolidação da RMPCV a nível nacional e internacional

- ✓ Em 2018 Cabo Verde irá assumir a presidência da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP), por um mandato de 3 anos, o que significa que terá igualmente a presidência da **Rede de Mulheres Parlamentares da CPLP**, conforme o nº2 do artº18 do Regimento da AP-CPLP, o que exigirá maior esforço e engajamento da RMPCV na coordenação e implementação das atividades, podendo delegar algumas das suas competências aos colegas Deputado(a)s junto da AP-CPLP. A RMPCV poderá ser chamada a integrar as missões para participar nas sessões da AP-CPLP ou outras ações pertinentes a serem realizadas.
- ✓ A parceria com as OCS continuará a ser reforçada e a RMPCV pretende **pilotar** por outro lado um **mecanismo de auscultação das ONG** sobre temáticas específicas, no sentido de lhes dar voz, e as auscultar em relação a questões em debate nas sessões parlamentares (*momentos sociedade civil*, a realizar antes das comissões especializadas).
- ✓ O reforço de capacidades das Deputadas e da RMPCV continua a ser uma prioridade, em particular nas 3 áreas temáticas do Plano Estratégico da RMPCV.

- ✓ Serão aprofundadas as parcerias que já existem com agências de desenvolvimento (ONU Mulheres, PNUD), ao mesmo tempo que serão desenvolvidas outras (Cooperação Espanhola, União Europeia, entre outras).
- ✓ Em termos de comunicação, para além da atualização permanente do Facebook da RMPCV, prevê-se o estabelecimento de um Plano de Comunicação.

3. Plano de Trabalho Anual 2018

Área temática 1 - Participação das mulheres na política e tomada de decisão

Objetivo / Resultado	Atividades	Indicador (produto)	Responsável	2018											
				J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
OBJECTIVO 1.2. Reforçar a capacidade institucional para a advocacia da paridade do género na sociedade cabo-verdiana															
Resultado 1.2. Aumentado o conhecimento e reforçada a capacidade institucional para advogar a paridade do género em todas as esferas da sociedade e a todos os níveis de governação em Cabo Verde	Capacitar atores locais – candidatas, eleitas, lideranças comunitárias, Organizações da Sociedade Civil (OSG), sobre paridade de Género nos lugares de tomada de decisão	Nº de Concelhos e países (Diáspora-3) abrangidos pela capacitação Nº de mulheres capacitadas	RMPCV, Coligação de Mulheres de Santiago, Organizações de mulheres partidárias			X	X	X	X	X					
	Capacitar os Parlamentares e Representantes dos Partidos Políticos sobre Paridade do Género num Estado de Direito Democrático	Nº de Parlamentares (50) e Representantes de partidos (20) capacitados sobre Paridade do Género num Estado de Direito Democrático	RMPCV (em parceria com ICIEG)							X					
OBJECTIVO 1.3. Advogar a aprovação e reforço do quadro legal que assegure a introdução e implementação efetiva e sustentável da paridade do género em todas as esferas de desenvolvimento em Cabo Verde															
Resultado 1.3. Paridade do Género na sociedade cabo-verdiana estabelecida e protegida por Lei	Elaborar os TDR e contratação da equipa multidisciplinar para elaboração da proposta da Lei de Paridade	Equipa multidisciplinar Contratada para elaboração da Proposta do Projeto de Lei da Paridade de Género em Cabo Verde	RMPCV (em parceria com ICIEG)			X	X								
	Elaborar a Proposta do Projeto de Lei da Paridade de Género em Cabo Verde	Proposta do Projeto de Lei de Paridade de Género elaborada	RMPCV (em parceria com ICIEG)				X	X	X	X	X	X	X	X	X

Objetivo / Resultado	Atividades	Indicador (produto)	Responsável	2018											
				J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
	Realizar encontros municipais, regionais e na diáspora para recolha de subsídios do esboço da Proposta do Projeto de Lei da Paridade de Género em Cabo Verde	10 campanhas realizadas junto das comunidades emigradas (4 África, 2 EUA, 4 Europa), 2 em ST (STS e STN), 2 no Fogo (1 SF/SC e M), 2 SA (1 RG/P e 1 PN) e 5 pelas restantes ilhas (1 por cada)	RMPCV (em parceria com ICIEG)			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Realizar debates televisivos e radiofónicos de promoção da Proposta do Projeto de Lei da Paridade de Género em Cabo Verde	Nº de debates realizados (televisivos, radiofónicos)	RMPCV (em parceria com ICIEG)										X	X	X
	Submeter a Proposta de Lei da Paridade ao Parlamento para agendamento e sua discussão e aprovação	Aprovada o agendamento da discussão da Proposta de Lei de Paridade de Género pela Conferência dos Representantes da Assembleia Nacional	RMPCV												X
OBJECTIVO 1.4. Advogar o reforço do quadro legal que garanta a paridade do género na participação política nos processos eleitorais a todos os níveis de governação															
Resultado 1.4. Paridade do Género na participação política estabelecida e protegida por Lei ao nível central e na governação local	Elaborar e implementar um plano de divulgação do novo Código Eleitoral	Plano de divulgação do novo Código Eleitoral	RMPCV (em parceria com ICIEG)						X	X	X	X	X	X	X

Nota: consultar [Plano de Ação de Advocacia da Paridade de Género em Cabo Verde \(2017-2019\)](#)

Área temática 2 - Integração da igualdade de género no Orçamento de Estado

Objetivo / Resultado	Atividades	Indicador (produto)	Responsável	2018											
				J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
OBJECTIVO 2.1. Advogar pela adoção de um quadro de Orçamentação Sensível ao Género (OGS), que contribua para uma maior visibilidade e investimento nas prioridades de género do país															
Resultado 2.1. Princípios e instrumentos de Orçamentação Sensível ao Género incorporados no Orçamento de Estado e respetivo quadro legal	Capacitar as parlamentares sobre os mecanismos de seguimento e fiscalização do OE numa perspetivo de género, elaborar uma ferramenta para o seu seguimento e socializa-la	Mecanismos de seguimento e fiscalização aprovados Sessão de socialização realizada (1)	RMPCV			X									
	Seguir o processo de elaboração do Orçamento de Estado para 2019, zelando pela integração da abordagem de género no respetivo quadro lógico e realizar encontros com membros da comissão orçamento (que responde pelo género)	Argumentário elaborado Nº de encontros realizados	RMPCV						X	X					
	Elaboração de uma proposta para o Orçamento de Estado para 2019 tendo em conta os compromissos de igualdade de género	Proposta elaborada	RMPCV, Comissão de Finanças, ICIEG							X					
OBJECTIVO 2.2. Promover a prestação de contas em relação às despesas públicas na ótica de género, mediante fiscalização e seguimento das despesas públicas															
Resultado 2.2. Introduzidas práticas de prestação de contas em relação aos investimentos na igualdade de género	Fiscalizar a implementação do orçamento 2018 em parceria com o CEFO	Relatório com conclusões e recomendações disponível	RMPCV							X		X	X	X	X

Nota: consultar a [Agenda para a Fiscalização Orçamental com Enfoque de Género](#)

Área temática 3 - Quadro legal e regulamentar para a igualdade de género e sua implementação

Objetivo / Resultado	Atividades	Indicador (produto)	Responsável	2018											
				J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
OBJECTIVO 3.1. Advogar pelo reforço e efetiva implementação de um quadro legal que protege as mulheres e meninas contra a violência baseada no género (VBG)															
Resultado 3.1. Melhorada a implementação de medidas de prevenção, apoio a vítimas e punição dos autores de VBG e melhorado o quadro legal e respostas à violência sexual	Promover um fórum parlamentar sobre os avanços na implementação das recomendações da <i>Avaliação do estado de implementação da Lei VBG</i> (briefing do ICIEG)	Fórum parlamentar realizado Recomendações para a aceleração da implementação da Lei de VBG elaboradas e partilhadas	RMPCV com 1ª Comissão e ICIEG				X								
	Visita de seguimento e avaliação da implementação da lei VBG	Visita aos Concelhos das ilhas de Santiago, Fogo, São Vicente, Santo Antão e Sal.	RMPCV (com ICIEG. ONG, etc.)			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Colaborar com a 1ª Comissão na elaboração de proposta de um diploma legal para o reforço do quadro legal em matéria de abuso sexual de menores	Contribuições elaboradas e partilhadas	RMPCV com 1ª Comissão		X	X	X	X	X						
	Definir atividades da RMPCV em contribuição para as campanhas <i>Março Mês da Mulher</i> e <i>16 dias de ativismo</i> pela erradicação da violência contra mulheres e meninas (25 Nov a 10 Dez)	Programa de atividades disponível	RMPCV (com ICIEG. ONG, etc.)		X	X							X	X	
	Elaboração e assinatura de Protocolo de colaboração entre a RMPCV e Rede Laço Branco	Protocolo elaborado e firmado Atividades conjuntas definidas e implementadas	RMPCV com Rede Laço Branco			X								X	
	Programar uma atividade de sensibilização dirigidas aos deputados	Nº de Deputados participantes	RMPCV com Rede Laço Branco			X									

Objetivo / Resultado	Atividades	Indicador (produto)	Responsável	2018											
				J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
OBJECTIVO 3.2. Advogar pelo reforço e efetiva implementação de um quadro legal que protege a igualdade entre homens e mulheres, em particular em termos de direitos socais e laborais															
Resultado 3.2. Aumentado o conhecimento dos gaps no cumprimento dos direitos das mulheres, em particular no contexto laboral, e melhorado o quadro legal e respostas a respeito	Analisar as Leis que carecem de regulamentação (com base no levantamento elaborado pelo Provedor de Justiça e prioridades identificadas no <i>Plano de Advocacy para a promoção da igualdade de género no contexto de trabalho</i> , elaborado pelo ICIEG) e elencar as mais significativas para a realização dos direitos das mulheres	Lista de prioridades identificadas	RMPCV (com ICIEG, ONG, etc.)				X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Colaborar com os esforços de advocacia pela ratificação das convenções da OIT e outros tratados e protocolos internacionais relevantes para os direitos laborais das mulheres	Ações de advocacia definidas e implementadas	RMPCV em parceria com OSC sindicatos, ICIEG, etc.				X	X	X	X	X	X	X	X	X

Área 4 - Consolidação da RMPCV a nível nacional e internacional

Objetivo / Resultado	Atividades	Indicador (produto)	Responsável	2018											
				J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
OBJECTIVO 4.1. Reforçar a capacidade institucional da RMPCV para o estabelecimento de parcerias e aprendizagem contínua, e uma comunicação eficaz sobre as suas prioridades temáticas e resultados obtidos															
Resultado 4.1. Estabelecidas parcerias a nível nacional e internacional, promovida a formação contínua e os processos de seguimento, avaliação e comunicação sobre resultados	Apresentar o Plano Estratégico da RMPCV aos deputados, e publicar e divulgar a versão final	Plano Estratégico da RMPCV editado	RMPCV		X										
	Mobilizar recursos e parcerias para a implementação de cada área de intervenção (possível contratação de coordenador para apoiar esta área)	Nº de parcerias estabelecidas Nº de acordos firmados	RMPCV		X	X	X								
	Pilotar um mecanismo de auscultação das ONG sobre temáticas específicas em debate no Parlamento (momentos sociedade civil)	Mecanismo de auscultação definido	RMPCV			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Dinamizar a presidência de Cabo Verde da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP	Nº de briefings elaborados Nº de missões à AP-CPLP realizadas	RMPCV, AN e AP-CPLP			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Assegurar a implementação do Plano de Ação da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP (ações previstas para Cabo Verde) e o seguimento da implementação global do Plano	Nº de ações do Plano realizadas Relatório de balanço disponíveis	RMPCV, AN e AP-CPLP			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Elaborar um Plano de Comunicação para a RMPCV e materiais de comunicação	Plano disponível Nº e tipo de materiais produzidos	RMPCV		X			X	X				X	X	
	Atualizar o Facebook da RMPCV	Nº de visitantes	RMPCV		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

